



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO  
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DO  
PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL  
NO PARLAMENTO NACIONAL**

Parlamento Nacional, Díli  
24 de Março de 2015



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência  
    Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Suas Excelências  
    Vice-Presidentes do Parlamento Nacional  
Suas Excelências  
    Senhoras e Senhores Deputados  
Caros colegas  
Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores,

É com grande honra e satisfação que me dirijo pela primeira vez, na qualidade de Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional, a esta Casa da Democracia, com a convicção de que iremos, Governo e Parlamento Nacional, trabalhar juntos e de forma construtiva para o presente e futuro da nossa Nação.

Passado pouco mais de um mês da data em que tomámos posse, o Governo vem hoje, como constitucionalmente previsto, submeter a debate e apreciação dos Distintos Deputados, desta magna Assembleia, o Programa do VI Governo Constitucional.

Não posso deixar de mencionar a enorme responsabilidade que isto representa para mim e para todo o Governo. Responsabilidade, porque é um privilégio imenso trabalhar com e para o povo timorense; responsabilidade porque as nossas acções são pautadas com profundo respeito pelo legado que recebemos do Governo anterior.

Ao assumirmos as nossas funções, assumimos também o compromisso de honrar e preservar a nossa história de resistência, de dignificar os feitos dos nossos heróis e Combatentes da Libertação Nacional e de dar continuidade ao processo de construção e consolidação do nosso Estado e das nossas instituições e valores democráticos.

Foi-nos dada a nós, a nova geração de líderes, a oportunidade de continuar os esforços de unidade nacional, soberania e desenvolvimento e com renovadas sinergias continuar a luta sem tréguas para a libertação do povo - da miséria, da iliteracia, da doença, da injustiça e da desigualdade e de todas as condições abjectas que caracterizam a pobreza.

Esta é uma causa nacional que exige a participação de todos! Este é um desafio que nos obriga a ser resilientes, disciplinados e dedicados, como foram no passado todos os heróis timorenses – mártires ou ainda vivos – quando agiram incansavelmente para conquistar a nossa Independência nacional.

Não foram os esforços de alguns que conseguiram esta proeza, foi o esforço colectivo de um povo inteiro. Também não serão os esforços isolados deste Governo que poderão ultrapassar os obstáculos da pobreza, mas os esforços conjugados dos Governos, do passado, presente e futuro, em estreita colaboração com os outros Órgãos de Soberania, com a Sociedade Civil e com todos os timorenses – todos unidos por esta causa de desenvolvimento e a trabalhar responsabilmente para o bem-estar de toda a população.

A nossa “cultura de resistência da luta”, demonstra que esta orientação política e social traz bons resultados. Agora temos que apropriar os nossos genes de guerrilheiros a uma “cultura de desenvolvimento”. A continuidade, a responsabilidade e participação colectivas, são assim linhas-mestras da nossa governação.

Esta nova dinâmica, a conjugação de uma estrutura mais jovem, mais funcional e eficiente, que o Ex-Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, ao passar o seu testemunho, quis inculcar no seio do novo Governo e na sociedade em geral, pode dar frutos e vai dar frutos, se conseguirmos inspirar uma mudança de mentalidades, em que a prioridade máxima de cada cidadão timorense é amar a sua Pátria, respeitar os seus compatriotas e trabalhar em prol de todos e nunca apenas para benefício pessoal.

E quando falamos em servidores públicos isto é ainda mais relevante, na medida em que estes têm responsabilidades acrescidas na gestão e implementação justa e transparente do investimento público.

No VI Governo juntam-se as componentes certas para encorajar uma melhor prestação de serviços à população: convergimos talentos, qualificações, experiências e deliberações isentas de ideologias, doutrinas e interesses político-partidários.

Às nossas capacidades, competências e profundo empenho, juntam-se a sabedoria e os conhecimentos dos líderes mais velhos e nossos mentores, que teremos sempre a humildade de consultar e ouvir, medindo cuidadosamente os prós e os contras das nossas acções, para um processo de desenvolvimento integrado e sustentável.

E, por esta mesma razão, não posso deixar de salientar a importância de um aspecto fundamental que o VI Governo herdou e que conta decididamente para aquilo que podemos fazer do futuro de Timor-Leste: o clima de paz e estabilidade social e política que se vive no país!

Estes são factores determinantes para o crescimento económico. Sem paz e estabilidade, não há investimento nacional ou estrangeiro, não há turismo, e não há, e acho que este é um aspecto fundamental, a confiança do próprio povo nas suas instituições e nos seus líderes.

Em situações que colocam em causa a ordem pública e a autoridade do Estado, não haverá lugar para a permissividade ou passividade. A manutenção da estabilidade e da segurança interna continuará, por isso, a ser alvo prioritário da atenção do Governo.

Aprendemos naturalmente, como bons alunos que temos a obrigação de ser, com as lições do passado. A nossa história recente ensinou-nos o quanto é importante ir às raízes dos problemas e encontrar soluções de forma resoluta, procurando resultados de longo prazo que promovam a reconciliação e a sensação de segurança e, também, que preservem os ideais de liberdade pelos quais os timorenses lutaram mais de duas décadas.

Também por esta razão, gostaria de reiterar que esta transição governativa – do V para o VI Governo - é um marco importante na democracia do país, porque foi firmada numa lógica pragmática de servir o interesse nacional acima de qualquer outro interesse e para dar solução aos desafios que o país enfrenta, de forma gradual e com uma visão de continuidade para o sucesso a longo prazo.

Excelências  
Senhoras e Senhores,

O Programa do VI Governo tem pouco mais de dois anos para ser implementado. Também por isso é importante sublinhar que o Programa que vai ser debatido não é um programa novo mas antes o prosseguimento das políticas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e que foram transpostas e iniciadas pelo Programa do V Governo.

O espaço temporal é algo que não nos preocupa porque a visão de desenvolvimento que temos para implementar não se resume a dois anos e meio, nem aos próximos cinco ou dez anos das próximas legislaturas, é antes uma visão de longo prazo, consubstanciada no Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Aliás, nem podia ser de outra forma! A visão para Timor-Leste não pertence a este ou àquele Governo, pertence ao Povo timorense! A nossa visão nacional é o resultado da consulta alargada a toda a população, auscultando as necessidades e aspirações dos timorenses, as suas preocupações mas também ambições.

Considerando as circunstâncias reais do país, os desafios e necessidades tão variadas e prementes que a nossa população enfrenta, temos que implementar medidas e acções que tenham sequencialidade nos próximos anos até atingir as metas traçadas para 2030.

Neste sentido, a questão que se coloca ao analisar o Programa do VI Governo não é tanto aquilo que vai ser implementado mas antes como vai ser implementado. Não é tanto decidir quais as prioridades para o país, porque essas já foram definidas, mas como implementar com eficácia e eficiência aquilo que é prioritário.

Os membros deste executivo dedicaram-se à tarefa de analisar sectorialmente aquilo que foi comprometido no Programa do V Governo. Identificaram o ponto de situação actual, ponderando entre aquilo que já foi implementado e o que falta implementar até 2017 e aquilo que, embora não seja possível concretizar na totalidade até esta data, lança, pelo menos, as bases de concepção e implementação para ser continuado no futuro.

Eu próprio, na qualidade de Primeiro-Ministro, tenho efectuado visitas a várias organizações, departamentos e instituições do Estado, incluindo escolas, hospitais e centros de saúde, para perceber em primeira mão a situação real do país. Isto irá permitir um diagnóstico mais correcto para a linha de actuação do Governo, que passa pela aplicação de uma terapia de larga escala para os desafios que o país enfrenta.

Não estará então tanto no cerne da questão o conteúdo do programa, que é uma continuação do programa anterior, mas a sua forma de implementação que é mais orientada para os resultados.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional  
Senhoras e Senhores Deputados

A melhoria da prestação de serviços é o foco central deste Governo. Neste contexto, irá ser dada particular prioridade à:

- (1) **Melhoria da qualidade das obras públicas** - porque um plano integrado de infra-estruturas só trará vantagens competitivas se as obras forem de qualidade e proporcionais ao valor do investimento. Isto significa exigir rigor, profissionalismo, planeamento, fiscalização e controlo de custos - de materiais, recursos humanos e empresas contratadas.
- (2) **Reforma da administração pública** - porque os servidores públicos ao assumirem as suas funções juram obedecer à Constituição e às Leis e a trabalharem com isenção, honestidade e profissionalismo, salvaguardando os interesses da Nação. Vamos por isso mesmo exigir total responsabilidade pelos seus actos, realizando avaliações de desempenho e promoção com base no mérito. Por outro lado, vamos proceder a uma análise profunda das necessidades da administração pública com a revisão do processo de contratações, responsabilização pelos serviços prestados e rigor na gestão dos bens públicos, evitando sempre despesas supérfluas. Vamos ainda combater uma cultura de burocratização.
- (3) **Harmonização e uniformização das leis** - porque é necessário acelerar o desenvolvimento de um ordenamento jurídico de génese timorense, padronizado e harmonizado, com que os timorenses se identifiquem, criando também medidas para transformar o sistema jurídico num sistema bilingue, promovendo o acesso à justiça e que também sirva de segurança e certeza jurídica aos potenciais investidores.
- (4) **Reforma fiscal** - porque é necessário melhorar o equilíbrio fiscal através de um sistema tributário que arrecade mais receitas domésticas, mantendo um regime fiscal competitivo, capaz de atrair investimento.

Para a concretização destes objectivos, a própria estrutura orgânica do Governo é optimizada para permitir mais coordenação das actividades governamentais. Por isso, gostaria de salientar que:

- (1) O programa do Governo não tem uma agenda política nova. Foi formulado num contexto de **continuidade**, dando ao mesmo tempo a oportunidade para reavaliar e ajustar os projectos em curso. O resultado disto é um programa mais

adequado ao tempo que resta de mandato mas também um importante fio condutor para políticas sustentáveis de longo prazo.

- (2) É um programa **sectorialmente transversal**, sendo fundamental a boa coordenação entre as várias linhas ministeriais e/ou agências do Estado. Passo a exemplificar com o nosso objectivo de “Protecção de Crianças e Jovens”: este exige uma intervenção activa do Ministro de Estado Coordenador dos Assuntos Sociais que irá criar a Comissão dos Direitos da Criança; do Ministério da Solidariedade Social, com medidas de protecção social para a infância e juventude; mas também do Ministério da Justiça, com a adequação de um quadro legal; do Ministério do Interior, para prevenção e acção do abuso de menores; da Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego, com vista ao combate do trabalho infantil. E, naturalmente, com outros Ministérios relevantes, num quadro mais alargado, que promova a saúde, a educação, a formação profissional, a cultura e, em especial, para os nossos jovens, a tão essencial criação de emprego. A leitura, interpretação e implementação do programa de uma forma transversal é essencial porque não é um ou outro projecto, ou um ou outro ministério, que vão permitir alcançar os objectivos pretendidos, mas todos integrados a actuarem como um único.
- (3) É um programa que visa a **boa governação** em todos os aspectos da actuação do executivo, incluindo um planeamento orientado para resultados, a correcção de sistemas e mecanismos, e a transparência, responsabilidade e responsabilização na implementação de programas, protegendo também assim o nosso Fundo Petrolífero para as futuras gerações. Seremos os primeiros inimigos do nosso próprio desenvolvimento se não encararmos o flagelo da corrupção com seriedade! Isto exige a coragem de cada um de nós, em particular para aqueles que desempenham cargos públicos, de não procurar nunca as saídas mais fáceis, de nunca ceder à tentação de corrupção ou regalias, e de nunca comprometer a meritocracia para salvaguardar interesses individuais.
- (4) É um programa que é **virado para as pessoas e que conta com as pessoas**. As organizações da sociedade civil, a imprensa, o sector privado, a Igreja e outras confissões religiosas, e os cidadãos no geral, são parceiros estratégicos fundamentais de desenvolvimento, são os auditores do trabalho do Governo e são, ainda, na sua participação activa e responsável, um símbolo nacional de vivência democrática.
- (5) É, finalmente, um programa que visa a **inclusão e o combate às desigualdades**, com a criação de oportunidades a todos os timorenses, vivam eles na capital ou em áreas remotas, sejam eles homens ou mulheres, jovens ou idosos. A abordagem integrada do género em todas as instituições governamentais é já hoje uma realidade em Timor-Leste. Queremos encorajar ainda mais o papel da mulher na nossa sociedade, não apenas porque é um dever do Estado mas porque o emprego das capacidades e polivalências da mulher na vida política,

económica e social do país é, realmente, uma necessidade e uma vantagem para o nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional  
Senhoras e Senhores Deputados

Por tudo o que foi dito, repito, a agenda política deste Governo vem dar continuidade, com uma nova dinâmica e mais resultados até 2017, aos quatro pilares de desenvolvimento nacionais:

## 1. Sector Social

Uma Nação justa e desenvolvida é aquela que investe no desenvolvimento do capital social, isto inclui promover o acesso à saúde, à educação, à formação profissional, à informação, à justiça social e à cultura, gerindo e protegendo ainda de forma sustentável os nossos recursos ambientais, valorizando assim a qualidade de vida no presente e dando resposta às necessidades das gerações futuras.

O Governo irá continuar a garantir o acesso aos **serviços de saúde** e a melhorar o atendimento médico, bem como a regular o sistema nacional da saúde, e a reforçar as infra-estruturas e os recursos humanos qualificados, também com mais formação, melhor gestão e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde. Em 2014, tínhamos 1.754 novos bolseiros a estudar em áreas especializadas ou técnicas de saúde, os quais vão também apoiar o objectivo de melhoria deste sector.

Continuaremos a implementar os modelos de serviços comunitários e cuidados domiciliários que cheguem a todos, e a prestar um conjunto de serviços abrangentes aos sucos com entre 1.500 e 2.000 pessoas, em áreas muito remotas, sendo que em 2014 já alcançámos 50% deste objectivo. Vamos também gerir melhor a provisão de medicamentos, prevenir e combater a malnutrição e reforçar os programas de vacinação (com o objectivo de alcançar, até 2017, uma taxa de cobertura de 90% de crianças com menos de 1 ano para Pentavalente 3 e sarampo). Com a incidência de < 1 caso por cada 1000 de população, Timor-Leste atingiu o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para o combate à malária e também reduziu a mortalidade materna de 557/100.000 em 2012 para 270/100.000 em 2014. Vamos continuar a apostar fortemente também na melhoria dos cuidados de saúde infantil e crianças, bem como doenças de foro mental, apostando também mais na educação e sensibilização como forma de prevenção, sobretudo de doenças infecto-contagiosas.

Continuaremos a reabilitar Hospitais, Centros e Postos de Saúde, com o objectivo de construir um destes Postos em cada suco, sendo que actualmente já existem 272 Postos de Saúde, com a construção de 79 novos Postos desde 2012. Actualmente 50% dos sucos com população com mais de 2.000 habitantes contam com pelo menos um médico, um enfermeiro ou uma parteira residentes localmente, sendo o objectivo, até 2017, alcançar os 100%. Iremos também ampliar o Hospital Nacional, com um novo serviço de pediatria e

viabilizar serviços especializados como a oncologia, cardiologia e hemodiálise para diminuir as evacuações ao estrangeiro.

O Governo vai continuar a desenvolver esforços para garantir que todas as crianças e jovens têm acesso a um **ensino de qualidade**. Isto implica a agilização na introdução das políticas de educação, não só de currículos escolares e académicos, mas também o reforço da boa gestão administrativa e financeira, melhor coordenação institucional e infra-estruturas e recursos humanos qualificados e competentes.

Iremos continuar o projecto de construção e equipamento de cerca de 250 novas pré-escolas e a recuperação de todas as salas de aula degradadas, o que vai permitir que pelo menos metade das crianças entre os 3 e os 5 anos tenham acesso ao ensino pré-escolar, vamos ainda continuar a reabilitar as escolas de ensino básico e secundário em todo o país. Vamos dar condições para professores e docentes aumentarem as suas competências e formação contínua e exigir profissionalismo e empenho nesta classe profissional fundamental no nosso país.

A qualidade de ensino e aprendizagem, também no domínio da língua portuguesa, irá ser fomentada com metodologias pedagógicas e científicas que demonstrem resultados e com o apoio de materiais escolares adequados. Vamos ainda continuar a aumentar a capacidade das escolas secundárias, desenvolvendo também estrategicamente as Técnico-Vocacionais, para permitir saídas para o ensino superior ou para o mercado de trabalho mais de acordo com as necessidades dos sectores produtivos do país.

O Governo continuará a promover um sector de ensino superior eficaz, garantindo a avaliação e acreditação académica, a formação contínua de docentes, o desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino superior, e o início da construção dos três Institutos Superiores Politécnicos - engenharia do Suai, indústria de serviços em Lospalos e de agricultura em Same - e uma Academia de Pescas e Estudos Marinhos em Manatuto, e da Faculdade de Engenharia da UNTL em Hera.

No âmbito da **formação profissional e emprego**, continuaremos a dar ênfase ao Plano de Formação e Educação Técnica e Profissional, investindo na qualificação de jovens em áreas estratégicas nas indústrias de petróleo e gás, turismo e hospitalidade, agricultura, construção civil e marítima e automotora. Continuaremos o Compromisso Nacional com a Formação, acreditada e financiada, numa média de 2.500 posições de formação por ano, e com o programa de estágios profissionais. Este ano vamos enviar mais 250 trabalhadores para a República da Coreia e Austrália no âmbito da política de criação de emprego. Também a formação de formadores, o desenvolvimento de instalações e materiais de formação bem como o estabelecimento de um novo Centro de Formação em Gestão das Finanças Públicas serão alvo de investimento.

A justiça social continuará a ser central neste programa de Governo. A **protecção social** aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes, crianças e aos nossos veteranos, honram os nossos ideais de liberdade e continuarão a ser apoiados, quer através de subsídios quer no apoio em espécie. Vamos, também, continuar a trabalhar no sentido de



adaptar e alargar o actual regime transitório de segurança social num regime definitivo, obrigatório e contributivo, que seja sustentável e que garanta a segurança social a todos os trabalhadores e familiares dependentes.

A dignificação, homenagem e apoio aos **Combatentes da Libertação Nacional** mantêm-se como uma prioridade do Estado. Até 2017, iremos estabelecer um Conselho Nacional de Combatentes de Libertação Nacional, permitindo assim também a organização dos Conselhos dos Combatentes a nível dos municípios, iremos ainda continuar a atribuir bolsas aos seus filhos e aos filhos dos Mártires e apostar na preservação e promoção da História de Libertação Nacional, no ano em que se celebram os 40 anos dos nossos heróis das FALINTIL!

Vamos também apoiar as instituições de solidariedade social e a criação de Serviços de Atendimento Social, investindo na formação de futuros assistentes sociais. O compromisso para com os direitos e oportunidades das **mulheres** continua a ser central na actuação do Governo, promovendo a Política de Tolerância Zero à violência contra as mulheres e meninas.

Os **meios de comunicação social** e o reforço da nossa **identidade nacional** são fundamentais para o desenvolvimento do capital social. Vamos por isso continuar a desenvolver a diversidade e independência dos órgãos da comunicação social e a promover o acesso à informação e à educação cívica. Por outro lado, vamos valorizar o património e a cultura timorenses, através do processo de criação de instituições culturais de referência – a Biblioteca Nacional, o Museu e Centro Cultural e a Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais.

## 2. Sector de Infra-estruturas

Existe já um programa de investimento de infra-estruturas básicas integradas que queremos implementar com mais rigor e sustentabilidade. As estradas, pontes, portos, aeroportos, edifícios públicos, telecomunicações e conectividade são alicerces cruciais ao crescimento e diversificação económica.

Iremos continuar a implementar o Programa de Melhoramento de **Estradas** Nacionais, sobretudo nas ligações mais críticas do país. Desta forma, até ao final do mandato, iremos intervir nas seguintes ligações rodoviárias:

- Díli – Manatuto – Baucau
- Baucau a Lospalos (incluindo Lautem-Com), e Baucau-Viqueque
- Maubara-Carimbala, Loes-Mota Ain, Gleno-Ermera
- Manatuto - Laclubar
- Díli-Liquiçá, Tibar-Gleno, e Carimbala-Loes. Estes troços de estradas incluem também Tasi Tolu – Tibar, Maubara – Carimbala, Gleno-Ermera.

Iremos ainda reabilitar as estradas municipais, incluindo as estradas da Região Administrativa Especial do Oe-cusse Ambeno e de Ataúro e iniciar a construção do projecto rodoviário Díli – Aileu – Maubisse – Aituto – Ainaro – Cassa. Também implementaremos o Plano Mestre de Estradas Rurais e vamos estabelecer um programa de reabilitação e manutenção de estradas nacionais, urbanas e rurais. Contamos efectuar a manutenção de 1.426 km de estradas nacionais e municipais, reabilitar 268 km de estradas rurais e manter 521 kms de estradas rurais que já foram reabilitadas.

O Governo vai continuar a investir na gestão de recursos de água potável e de serviços de abastecimento de água e de **saneamento básico**. Entre 2015 a 2017, para aumentar o acesso a água nos lares rurais, serão instalados pelo menos 125 sistemas de água. Iremos ainda restaurar as infra-estruturas de água e saneamento urbanos, incluindo a construção de sistemas de recolha de esgotos, instalações de tratamento de águas residuais e destino final de resíduos sólidos urbanos. Isto será conseguido, até 2017, através de:

- Desenvolvimento de um Plano Geral para Centros Municipais, nomeadamente Baucau, Viqueque, Lospalos e Same.
- Desenvolvimento de soluções para abastecimento de água no Suai.
- Implementação dos Planos Gerais de Água para Manatuto e Oe-cusse.
- Reparação de furos, reabilitação de canos danificados e legitimação das ligações, bem como consolidação de novas fontes de água, construção de reservatórios e instalações de tratamento.
- Ligação de casas ao fornecimento canalizado de água.

Também em Díli, serão implementados os Planos Gerais de Saneamento e Drenagem, para conseguir melhorias faseadas de saneamento, bem como reabilitação de drenagens e separação da drenagem de águas residuais de águas pluviais.

As energias renováveis e a electrificação rural plena formarão os dois pilares da nossa agenda de **electricidade**, vamos por isso proceder a uma análise profunda sobre os custos e benefícios. Investiremos também, sobretudo para áreas remotas, em estudos com vista à instalação de facilidades de energia solar e eólica, que são mais baratos, fáceis de instalar e protegem o ambiente.

O desenvolvimento de **portos marítimos** que facilitem a importação e exportação de bens, continuam uma prioridade com o plano de construção de um porto nacional multifunções em Tíbar, que será começado em 2015, e a construção de um porto no Suai, que está na última fase de concurso, para o estabelecimento de uma base logística para o sector petrolífero, cujas obras começarão em breve. Até final de 2017, vamos materializar os processos de pré-construção para o desenvolvimento de portos entre Laga e Lautem, Ataúro, Kairabela e Manatuto. Vamos ainda investir no desenvolvimento institucional e de infra-estruturas dos **transportes terrestres**, com prioridade para a melhoria do tráfego e de segurança rodoviária, e **transportes aéreos**, com a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional e início de estudos de viabilidade de aeroportos municipais, em 2016.

As **telecomunicações** são fundamentais para o crescimento empresarial e melhor prestação de serviços, por isso vamos impulsionar o empreendimento de ligar Timor-Leste à fibra óptica terrestre e subaquática, numa rede nacional e internacional, cujas propostas de ligação estão já a ser estudadas.

### 3. Sector Económico

A sustentabilidade e a diversificação económica são cruciais no estágio de desenvolvimento actual de Timor-Leste. Não podemos continuar tão dependentes das receitas petrolíferas, sobretudo quando este recurso é limitado e quando o preço do petróleo tem vindo a baixar, deixando economias, como a nossa, extremamente vulneráveis.

O investimento inteligente nos sectores económicos como a agricultura, pescas, turismo, pequenas indústrias e indústria petroquímica, é fundamental e criador de emprego.

Vamos apostar mais seriamente num **sector agrícola** forte, com melhores práticas agrícolas, uso de novas tecnologias de produção e colheita, formação na aplicação de tecnologias adequadas e na melhor orientação dos agricultores tendo em vista as circunstâncias locais. Nesta estratégia é premente assegurar o aprovisionamento de água para a agricultura e investir na irrigação. Contamos assim aumentar a produção de arroz e milho e, também, melhorar a produção de café e baunilha, noz-moscada e óleo de coco.

As sementes, fertilizantes e pulverizadores, bem como equipamentos, continuarão a ser disponibilizados aos agricultores. A formação consistente e o apoio a agro-indústrias, bem como as campanhas de extensão terão uma cobertura mais ampla. O programa intersectorial de **criação de gado e animais de pequeno porte**, em áreas apropriadas, através do estabelecimento de cooperativas e promoção da agropecuária, bem como os cuidados básicos de saúde animal, com um novo programa piloto de vacinação para controlo da brucelose, melhora a segurança nutricional do país e gera rendimentos.

O Governo irá continuar a promover a exploração sustentável dos **recursos marinhos**, usando o potencial da nossa linha costeira, com benefícios nutricionais e económicos para cada um dos 11 Municípios costeiros. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura prevê o investimento no estabelecimento de aquacultura de peixes, tais como a tilapia e outras espécies de valor comercial e nutritivo, para abastecimento de peixe nas áreas centrais do país, e para melhorar a merenda escolar em proteínas.

O Governo já está a rever as actuais licenças de pesca comercial nas águas territoriais. Neste contexto, iremos também dar mais atenção ao patrulhamento e vigilância da nossa costa marítima, para proteger os nossos corais e recursos piscatórios das incursões ilegais no nosso mar.

O **sector do turismo** pode ser um manancial inesgotável de fontes de rendimento, se soubermos fazer uso da nossa riqueza natural, paisagística, cultural e histórica. O nosso potencial turístico pode ter a ganhar com a supremacia económica da Ásia, que está

receptiva à oferta de novas atracções turísticas, se desenvolvermos uma estratégia intersectorial, que vise também os recursos humanos, as infra-estruturas e actividades promocionais.

O projecto de construção de um centro de formação em turismo e hotelaria em Díli e a elaboração do Plano Mestre do Turismo que foque as três zonas turísticas de excelência - oriental, central e ocidental -, bem como a projecção internacional, incluindo a participação na Exposição Universal Milão 2015, irão impulsionar este sector estratégico de desenvolvimento económico.

Vamos dedicar mais atenção ao sector do **comércio**, disponibilizando armazéns de trânsito e de conservação e de máquinas descascadoras por todo o país. A formação e capacitação empresarial em cooperação com o IADE e o apoio a estudos de mercado, desenvolvimento de estratégias de comercialização, formação e assistência técnica e desenvolvimento de tecnologias, produtos e financiamento irão também encorajar a criação de **agro-indústrias**.

Também o desenvolvimento de políticas comerciais, incluindo a gestão e organização de mercados municipais e a criação de facilidades e condições, para os programas de apoio à circulação dos produtos no interior e exterior do país, sustentam o nosso crescimento económico. O Plano de Gestão Florestal e a Política e Estratégia Nacionais de Comercialização do Bambu vão apoiar a nossa estratégia de diversificação económica, protegendo ao mesmo tempo os nossos recursos naturais.

O Governo continuará a aposta na **indústria petrolífera**, de modo a que esta ofereça alicerces sólidos para a transformação estrutural da economia de Timor-Leste. Para tal, continuaremos a formação de quadros nacionais para trabalharem neste sector - incluindo as áreas de geologia, a engenharia química e petrolífera, as finanças do petróleo e a gestão de projectos - o desenvolvimento da costa sul, e o compromisso inabalável de transparência na contabilidade de receitas a partir do sector petrolífero. Vamos ainda, desenvolver a indústria mineira com a aprovação do código mineiro e transformação da Autoridade Nacional de Petróleo para a Autoridade Nacional do Petróleo e Mineral e a criação da Companhia Nacional Mineira - MINAS DE TIMOR.

Para que o desenvolvimento sustentável do sector económico continuaremos a trabalhar num **cenário empresarial e de investimento** que envolva um sector privado diversificado. Continuaremos, por isso, a:

- Fortalecer a Câmara de Comércio e Indústria.
- Desenvolver o Balcão único - SERVE.
- Desenvolver as Parcerias Público-Privadas, conjugando financiamento com know-how, nacional e estrangeiro.
- Estabelecer o Banco Nacional de Desenvolvimento e promover o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste para o acesso ao crédito às micro, pequenas e médias empresas, tanto nas áreas urbanas como rurais.

- Apoiar o desenvolvimento da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro.
- Alargar os Centros de Desenvolvimento de Empresas do IADE.
- Regularizar e registar a propriedade e a promover a aprovação da Lei das Terras.

Finalmente, porque só seremos uma economia desenvolvida se combatermos as assimetrias e as desigualdades em todo o país, continuaremos a dar prioridade às **políticas de descentralização**. Até 2017, o Governo implementará a Política de Descentralização Administrativa e de Instituição do Poder Local, reorganizando a Administração Local e desconcentrando competências e serviços. Para tal, prevemos iniciar projectos-piloto de instalação da descentralização em Aileu, Liquiçá e Ermera.

#### 4. Sector de Boa Governação

Uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado são essenciais para evitar o desperdício e conseguir alcançar metas orientadas para resultados. Os planos de diversificação económica que acabei de referir, só serão passíveis de sucesso se, ao mesmo tempo, utilizarmos de forma eficiente e transparente as receitas do Estado, maioritariamente provenientes do Fundo Petrolífero. A essencial melhoria da prestação de serviços públicos obriga a um sector público mais sustentável e eficiente, e por esta razão a função pública requer um programa de reforma corajoso, que estamos determinados a executar.

Vamos investir em melhores políticas de **planeamento e investimento estratégico**, com maior racionalização de recursos financeiros e estudos de viabilidade, bem como levantamento de dados que permitam conhecer as condições reais do país, incluindo estudos sobre a pobreza e a realização do Censo 2015.

Também em termos de investimento estratégico, o Governo irá fazer contactos e estudos profundos, para aferir da possibilidade de apresentar propostas de planos de investimento do Fundo do Petróleo. Irá ainda continuar a apostar em processos de aprovisionamento com transparência e rigor, avaliação e monitorização dos projectos físicos e a admitir projectos plurianuais nos fundos especiais de investimento em infra-estruturas e capacitação de recursos humanos em sectores estratégicos.

Para facilitar a participação mais activa e responsável no processo de desenvolvimento e para a melhoria da prestação de serviços, vamos arrancar com a iniciativa de “**Governo Electrónico**”, plataforma entre o Governo e os cidadãos que facilite também a prestação de serviços através da internet.

Boa governação está também intrinsecamente ligada à promoção da paz e estabilidade e à promoção de um Estado de Direito. Assim continuaremos a dar prioridade máxima às reformas essenciais introduzidas no sector da **defesa e segurança**, cujos planos estratégicos continuaremos a implementar para assegurar a profissionalização,

integridade, capacitação e capacidade das nossas Forças Armadas e da nossa Polícia Nacional.

Um país justo e desenvolvido é aquele em que a **justiça** e o direito são acessíveis e onde existe um quadro normativo conducente a um país moderno e progressista, para uma sociedade mais livre e igualitária. Continuaremos a melhorar o funcionamento das nossas instituições ao mesmo tempo que reforçamos as competências e capacidades dos nossos quadros. Iremos ainda proceder, no curto prazo, a uma avaliação profunda do sector da justiça e estabelecer um novo quadro de cooperação que se adequa às necessidades do país.

Finalmente o Governo irá continuar a promover os interesses fundamentais do povo timorense, salvaguardando a independência, a soberania e a integridade nacional da nossa Nação. Atentos aos efeitos da globalização mas, também, aproveitando a nossa localização altamente estratégica, poderemos fazer uso da diplomacia para garantir a nossa segurança e para proteger também os nossos recursos naturais.

A nossa **política externa** visa assim proteger e promover os interesses fundamentais do povo timorense, adoptando uma política de amizade e cooperação com todos os países do mundo e, em especial, com os países vizinhos e com os nossos parceiros de desenvolvimento. Iremos envidar esforços não só para fortalecer as relações bilaterais com os parceiros regionais mas também para intensificar o papel de Timor-Leste nas organizações e estruturas regionais e internacionais.

O Governo continuará empenhado na adesão de Timor-Leste à ASEAN e no cumprimento dos seus compromissos enquanto país que assume a Presidência Rotativa da CPLP, promovendo uma nova dinâmica desta organização com especial enfoque na cooperação económica e empresarial.

Ainda no âmbito da política externa, uma das nossas prioridades é, à luz do direito internacional, assegurar a definição das nossas fronteiras marítimas, terrestres e aéreas. O Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, irá envidar todos os esforços sobre esta matéria para que o Estado de Timor-Leste possa exercer efectivamente poderes de soberania sobre o seu território nacional.

Finalmente, vamos iniciar o processo de elaboração das linhas gerais de orientação da política externa de Timor-Leste que servirá como instrumento transitório até à elaboração do Livro Branco da Política Externa, a ser concluído até ao final do mandato deste Governo.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional  
Senhoras e Senhores Deputados

O VI Governo Constitucional, através do seu Programa, apela ao envolvimento e empenhamento de todos, sem excepção, para que juntos possamos fazer parte do desenvolvimento sustentado e equilibrado do nosso país, em prol de todos e com todos, na construção do presente e futuro de Timor-Leste.

Imbuídos deste espírito de dever, responsabilidade e união, cada um de nós pode e deve dar o seu contributo e todos juntos podemos fazer a diferença. Isto começa já hoje com um debate construtivo sobre o Programa do Governo.

Muitos são já os progressos alcançados na nossa jovem nação e tenho a certeza que todos nós aqui hoje reconhecemos isso, com verdadeiro orgulho e seriedade. Mas os desafios são ainda muitos e a luta continua na causa de desenvolvimento nacional!

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo  
24 de Março de 2015